

**Proposta da Administração**  
Assembleia Geral Extraordinária  
27 de julho de 2026 às 10:00 horas  
Sede da Companhia





Prezados Acionistas,

Conforme consignado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 30 de abril de 2026, a Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) adiou a divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), por não terem sido concluídos os trabalhos de auditoria naquele momento. Por conseguinte, foi postergada a apreciação, por parte dos Acionistas, **(i)** das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, **(ii)** das contas dos administradores e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(iii)** da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Desde então, a Companhia envidou seus máximos esforços para que fosse emitido pelo auditor independente, com a brevidade, seu parecer final sobre as Demonstrações Financeiras. Assim, em 26 de junho de 2026, a Companhia publicou, após apreciação pelo Conselho Fiscal e autorização de seu Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras.

Com isso, a administração da Companhia convida a todos os acionistas para participar da assembleia geral (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de julho de 2026, às 10:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696- 000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, nos termos do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal do Grande ABC.

Solicitamos aos acionistas que examinem cuidadosamente a presente Proposta da Administração e



os documentos relativos à Assembleia que estão à disposição no site de Relações com Investidores ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), bem como na sede social da Companhia e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Apresentamos a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, conforme descrita no Edital de Convocação.

Ficamos à disposição, através da equipe de Relações com Investidores, para prestar os esclarecimentos que se façam necessários.

**Ronaldo Sampaio Ferreira**

Presidente do Conselho de Administração



## SUMÁRIO

<b>ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS</b>	<b>5</b>
<b>A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>6</b>
<b>B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>9</b>
<b>C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>12</b>
<b>D. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>19</b>
<b>F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS – DFP</b>	<b>22</b>
<b>G. ANEXOS</b>	<b>69</b>
<b>Anexo I.</b> Comentário dos Administrados sobre a Situação Financeira da Companhia, itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência	70
<b>Anexo II.</b> Edital de Convocação	95
<b>Anexo III.</b> Proposta de Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	99
<b>Anexo IV.</b> Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
<b>Anexo V.</b> Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores	107



## **ORIENTAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **Objeto**

Ficam os acionistas da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0009971-1 e no CNPJ sob o nº 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81, de 23 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), convocados para se reunirem em assembleia geral (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de julho de 2026, às 10:00 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.



## **A. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Nos termos do art. 24, § 3º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a.1) quando pessoa natural, cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (a.2) quando pessoa jurídica, cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica Assembleia; e (a.3) quando fundo de investimento, cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na Assembleia; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; e (c) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que tiverem a intenção de se fazer representar na Assembleia por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo



do Campo, Estado de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da Assembleia, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81.

Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia:

- (i) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos;
  
- (ii) por meio de sistema eletrônico de participação remota, nos termos do artigo 28, inciso II, da Resolução CVM nº 81, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail [acionista@bombril.com.br](mailto:acionista@bombril.com.br) até o dia 24 de julho de 2026, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na Assembleia, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver validamente se habilitado para participação da Assembleia de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, os dados e instruções de acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento na forma e/ou no prazo acima referido não poderá participar remotamente da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencial. O acionista devidamente cadastrado que participar da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata da Assembleia, na forma do art. 76 da Resolução CVM nº 81. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 24 de julho de 2026, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone + 55 (11) 4366-1041 para suporte. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário



previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital.

Em atenção ao art. 30-A da Resolução CVM nº 81, a Companhia dispensará a disponibilização de boletim de voto a distância.

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([https://www.b3.com.br/pt\\_br/](https://www.b3.com.br/pt_br/)), conforme art. 124 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia.

## **B. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À ASSEMBLEIA GERAL**

**Item (i) as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e**

**Item (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia, preparados pela Administração da Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de junho de 2026, acompanhados do parecer dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, encontram-se disponibilizados desde 26 de junho de 2026 na sede da Companhia, em seu site de Relações com Investidores ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).



As Demonstrações Financeiras são elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As Demonstrações Financeiras compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações Financeiras são complementadas por Notas Explicativas que tem por fim auxílio, análise e entendimento dessas Demonstrações.

### **Relatório da Administração**

Acompanha as Demonstrações Financeiras o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e também as informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, às suas sociedades controladas, à sua responsabilidade social, à sua governança e ao mercado de capitais.

### **Relatório dos Auditores Independentes**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram examinadas e auditadas pelos auditores independentes da Companhia, os quais emitiram parecer favorável.

### **Documentos Apresentados**

Encontram-se disponibilizados desde 26 de junho de 2026, na sede da Companhia, em sua página de Relações com Investidores ([ri.bombрил.com.br](http://ri.bombрил.com.br)), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia.

- a) Relatório da Administração (*Press Release*);



- b) Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- c) Relatório dos Auditores Independentes;
- d) Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas); e
- e) Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, requeridos pelo item 2 do Formulário de Referência, conforme Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 80/22”), que se encontra anexo ao documento.

### **Manifestação do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal**

Em reunião realizada em 25 de junho de 2026, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer favorável à aprovação das contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em reunião realizada em 25 de junho de 2026, na forma da Lei das S.A., art. 142, inciso V, o Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade, manifestou-se favoravelmente em relação às contas dos administradores e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A ata da reunião do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal encontram-se anexos a este documento e foram disponibilizadas pela Companhia no site de Relações com Investidores ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**Item (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido no montante de R\$68 milhões. Contudo, tendo em vista que o referido resultado foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas nem retenção para reservas de lucros.





**C. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**BOMBRIL S/A-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CNPJ n.º 50.564.053/0001-03 NIRE 35.300.099.711

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**

**REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2026**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** 25 de junho de 2026, às 18:00 horas, na sede social da Bombril S/A - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000 e por meio de conferência virtual realizada pelo aplicativo Google Meet.
- 2. PRESENCAS:** Presentes os Srs. Conselheiros Erica Rodrigues Prado, Marcelo Adilson Tavarone Torresi e Thiago Gatti Barbosa. Presentes, também, os membros da Diretoria da Companhia, Sra. Silvia Suemy Toma, Diretora Presidente, a Sra. Renata Baraldi Margutti, Diretora Financeira (CFO) e Diretora de Relações com Investidores (DRI) e a Sra. Nadia Mara Nadeo Terron, Diretora Jurídica.
- 3. MESA DIRIGENTE:** Marcelo Adilson Tavarone Torresi – Presidente. Rogerio Isidro da Silva – Secretário.
- 4. CONVOCAÇÃO:** Convocação realizada em 18 de junho de 2026, em conformidade Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.
- 5. ORDEM DO DIA:** (i) examinar as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como a versão final do parecer dos auditores independentes da



Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e sobre eles opinar; e **(ii)** deliberar quanto a emissão de parecer do Conselho Fiscal para submissão à apreciação da Assembleia Geral, acerca das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como o parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

## **6. DELIBERAÇÕES**

**6.1.** Iniciados os trabalhos, os Srs. membros do Conselho consignaram que receberam da administração da Companhia todo o material solicitado para realizar o exame exauriente das matérias referidas na ordem do dia.

**6.2.** Após exame do material, por unanimidade, se manifestaram favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da Administração, bem como a versão final do parecer dos auditores independentes da Companhia, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**6.3.** Em razão da manifestação favorável informada no item anterior, os Srs. Conselheiros decidiram, por unanimidade, emitir o parecer constante do Anexo I à presente ata, opinando favoravelmente sobre a submissão dos documentos referidos na ordem do dia à deliberação pelos acionistas da Companhia na assembleia geral a ser realizada dentro do prazo legal.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 25 de junho de 2026.

**Marcelo Adilson Tavarone Torresi**  
Presidente

**Rogério Isidro da Silva**  
Secretário

Conselheiros Fiscais presentes:

**Erica Rodrigues Prado**

**Marcelo Adilson Tavarone Torresi**

**Thiago Gatti Barbosa**



Anexo I

**ANEXO I À ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2026**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Bombril S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/1976, examinou as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração e o parecer emitido pelos auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“DTT”).

Com base nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina que o relatório da administração e as demonstrações financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação dos acionistas da Companhia na assembleia geral. São Bernardo do Campo, 26 de junho de 2026.

São Bernardo do Campo, 25 de junho de 2026.

**Erica Rodrigues Prado**

**Marcelo Adilson Tavarone Torresi**

**Thiago Gatti Barbosa**



## D. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CNPJ nº 50.564.053/0001-03**

**NIRE 35.300.099.711**

Companhia Aberta

### **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2026.**

1. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** Em 25 de junho de 2026, às 15:00 horas, em formato virtual e presencial na sede social da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), localizada no município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, na Via Anchieta, km 14, bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000.
2. **PRESENCAS:** Presentes os Srs. Conselheiros Hagen Schoof, Jonatas Giovinazzo Garcia e Célio de Melo Almada Neto. O Conselheiro Ronaldo Sampaio Ferreira será representado pelo Conselheiro Hagen Schoof, conforme instrumento de mandato conferido. Igualmente se consigna a presença dos membros da Diretoria da Companhia, a Sra. Silvia Suemy Toma, Diretora Presidente, a Sra. Renata Baraldi Margutti, Diretora Financeira e de Relação com Investidores e a Sra. Nadia Mara Naddeo Terron, Diretora Jurídica.
3. **MESA:** Hagen Schoof – Presidente. Rogério Isidro da Silva – Secretário.
4. **CONVOCAÇÃO:** Enviada no dia 18 de junho de 2026, em conformidade com o artigo 15, §§2º e 4º do Estatuto Social.
5. **ORDEM DO DIA:** (i) manifestar-se sobre as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração, bem como a versão do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii)



manifestar-se sobre as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** aprovar a submissão à Assembleia Geral da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(iv)** autorizar a convocação da Assembleia Geral da Companhia, com consequente autorização para a Diretoria fazer as divulgações conforme regulamentação aplicável.

## **6. DELIBERAÇÕES:**

**6.1.** Passando ao item (i) da ordem do dia, na forma do art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A”) e do art. 16, alínea “g”, do Estatuto Social, os Conselheiros analisaram e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente às demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, o relatório da administração, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como a submissão desses documentos para aprovação pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral.

**6.2.** Em atenção ao item (ii) da ordem do dia, os Conselheiros também analisaram as contas da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, por unanimidade, manifestaram-se favoravelmente a elas.

**6.3.** No tocante ao item (iii) da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**6.4.** Com relação ao item (iv) da ordem do dia, os Conselheiros determinaram, por unanimidade, que a Diretoria tome as providências relativas à convocação da Assembleia Geral, para a deliberação das matérias relativas aos itens (i) a (iii) acima, e proceda com a divulgação dos documentos relativos aos itens anteriores, conforme a regulamentação aplicável.

**6.5.** Os documentos analisados relativos aos itens da ordem do dia estão arquivados na sede da Companhia.



**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Certifico que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.

São Bernardo do Campo, 25 de junho de 2026

**Hagen Schoof**

Presidente

**Rogério Isidro da Silva**

Secretário

Conselheiros de Administração presentes:

**Ronaldo Sampaio Ferreira**

**Célio de Melo Almada Neto**

**Jonatas Giovinazzo Garcia**

**Hagen Wolf de Albuquerque Schoof**



**E. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Deloitte.**

Deloitte Touche Tohmatsu  
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 - 4ª ao  
12º andares - Golden Tower  
04711-130 - São Paulo - SP  
Brasil  
Tel.: + 55 (11) 5186-1000 Fax:  
+ 55 (11) 5181-2911  
www.deloitte.com.br

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bombril S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Bombril S.A. – Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1.1 e nº 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado negativo de R\$150.710 mil, patrimônio líquido negativo de R\$1.539.713 mil e obrigações tributárias a recolher no montante de R\$1.749.004 mil, em fase de negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). Os planos da Administração com relação a esses assuntos estão descritos nas referidas notas explicativas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na



formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito anteriormente, na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Plano de Recuperação Judicial

##### Por que é um Principal Assunto de Auditoria

A Companhia e suas controladas, Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bril Cosméticos S.A. encontram-se em processo de recuperação judicial. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício de 2025 a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de recuperação judicial (“PRJ”), o qual foi deferido pelo juízo competente em fevereiro de 2025. O PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 06 de agosto de 2025 e homologado judicialmente em 28 novembro de 2025.

Ações relevantes previstas no PRJ foram concluídas e implementadas após a data-base das demonstrações financeiras, incluindo a reestruturação da dívida e a captação de novos recursos conforme estabelecido no PRJ (vide nota explicativa nº 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas). A reestruturação da dívida da Companhia, incluiu, entre outros, a novação de passivos, definição de novas condições de pagamento por classe de credores, possibilidade de captação de novos recursos por meio de financiamento “Debtor-in- Possession - DIP”, bem como a definição de fluxos de pagamentos futuros com base nas opções de liquidação eleitas pelos credores.

No âmbito da implementação do plano, a Companhia realizou julgamentos significativos relacionados à avaliação da mensuração e divulgação dos efeitos do PRJ aprovado, incluindo a divulgação, como eventos subsequentes, dos efeitos de valor justo decorrentes das modificações substanciais dos instrumentos financeiros passivos afetados pelas eleições dos credores. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à sua relevância, e natureza não recorrente no exercício; (ii) à elevada complexidade envolvida na aprovação, homologação e ações executadas no âmbito do PRJ; e (iii) à magnitude dos potenciais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

##### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- a) Com o apoio de especialistas internos em recuperação judicial, acompanhamos e discutimos com a Administração da Companhia as diversas etapas do PRJ, efetuamos a leitura e análise da documentação relevante, incluindo o pedido de recuperação judicial, o Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da assembleia de credores, a decisão de homologação judicial, quadro de eleição de credores publicada pelo Administrador Judicial e demais documentos importantes relacionados ao processo de PRJ.
- b) Analisamos as principais condições do plano aprovado, incluindo as modalidades de pagamento aos credores, prazos, taxas de atualização, descontos (“haircut”) e opções de liquidação.
- c) Avaliamos as metodologias e premissas adotadas pela Administração para mensuração e divulgação como eventos subsequentes dos efeitos contábeis decorrentes da reestruturação das dívidas.
- d) Avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras, à luz dos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

##### Conclusão dos procedimentos

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao PRJ e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de avaliação e mensuração dos impactos das ações realizadas no âmbito do PRJ adotados pela Administração da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Obrigação tributária em fase de negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN")

Por que é um Principal Assunto de Auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1, nº 1.3 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, obrigações tributárias a recolher no montante de R\$1.749.004 mil, reconhecidas no passivo não circulante, bem como contingência com probabilidade de perda possível no montante de R\$440.182 mil, as quais se encontram em fase de negociação com a PGFN.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria em função de:

- i. Da sua relevância nas demonstrações financeiras.
- ii. Da complexidade jurídica e fiscal associada às discussões.
- iii. Alto grau de julgamento envolvido na avaliação da probabilidade de perda e na mensuração dos valores reconhecidos ou divulgados, considerando-se: o estágio processual das discussões judiciais, a avaliação de probabilidade de perda baseada em pareceres jurídicos externos de advogados independentes, a interpretação de decisões já proferidas e a avaliação dos impactos esperados no desfecho final em instâncias superiores e a definição do tratamento contábil aplicável entre passivo contabilizado ou contingência divulgada.
- iv. Da existência de negociações em andamento para a liquidação dos passivos e contingências que podem impactar significativamente a liquidação futura desses passivos.
- v. Potencial impacto na continuidade operacional da Companhia. Vide seção mencionada anteriormente intitulada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional".

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- a) Entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionado à mensuração da referida obrigação tributária e contingência passiva.
- b) Com o apoio de especialistas internos tributários, efetuamos a leitura dos principais documentos relacionados aos processos, incluindo autos de infração, memorandos técnicos da Administração, carta do advogado patrono dos processos, pareceres jurídicos internos da Companhia e opiniões legais de assessores externos independentes contratados pela Companhia.
- c) Avaliamos a independência, competência e objetividade dos assessores legais utilizados pela Administração como especialistas externos.
- d) Avaliamos a razoabilidade das conclusões da Administração quanto às probabilidades de perdas, considerando os cenários jurídicos apresentados, bem como o estágio atual dos processos judiciais e administrativos.
- e) Avaliamos as metodologias e premissas utilizadas na mensuração e classificação dos valores registrados no passivo e valores divulgados como contingências passivas, incluindo apuração do valor do principal, atualização monetária, juros e multas, conforme aplicável.
- f) Comparamos os valores contabilizados e divulgados com extratos da dívida advindos de fonte externa e independente (PGFN).
- g) Avaliamos as evidências disponíveis relacionadas às negociações em andamento com a PGFN sobre a proposta de transação tributária e obtivemos confirmação do advogado externo que assessora a Companhia sobre o estágio atual das negociações.
- h) Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Conclusão dos procedimentos

Como resultado da execução destes procedimentos, identificamos deficiência de controle interno relacionada ao processo de mensuração da obrigação tributária, que ocasionou um ajuste contábil proposto e não corrigido pela Administração, por ter sido considerado imaterial, bem como um ajuste



proposto e corrigido pela Administração sobre valores divulgados em nota explicativa. A deficiência de controle interno e os ajustes identificados nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria, modificando a natureza, a época e a extensão dos nossos procedimentos substantivos planejados, a fim de obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria realizados e nas evidências obtidas, consideramos que os julgamentos adotados pela Administração quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das obrigações tributárias e contingências passivas em fase de negociação com a PGFN são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 26 de novembro de 2025, contendo abstenção de opinião, cuja base para abstenção de opinião foi a existência de múltiplas incertezas relacionadas: (i) ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Credores, mas ainda pendente de homologação naquela data; (ii) à negociação dos pagamentos de autos de infração com a PGFN; e (iii) à provisão de fretes, nos montantes de R\$17.465 mil na controladora e R\$5.477 mil no consolidado, registrados em 31 de dezembro de 2024.

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**



A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras



podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria..

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Audidores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Délio Rocha Leite  
Contador  
CRC nº 1 SP  
189302/O-8





## **F. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS - DFP**

Foram disponibilizados, nas categorias “Dados Econômico-Financeiros” e “DFP” do Setor de Informações Periódicas Eventuais – IPE, no *website* da CVM, no dia 26 de junho de 2026, os seguintes documentos:

- (i)** Relatório da Administração (Press Release);
- (ii)** Demonstrações Financeiras;
- (iii)** Relatório dos auditores independentes (*item E acima*);
- (iv)** Formulário de Demonstrações Financeiras (DF);
- (v)** Parecer do Conselho Fiscal (*item C acima*);
- (vi)** Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras (*Anexo IV abaixo*); e
- (vii)** Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, informando as razões, em caso de discordância (*Anexo V abaixo*).

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



**[Nota para Companhia: inserir o Relatório da Administração (*Press Release*)]**

## **ANEXO I**

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DA COMPANHIA, INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS  
2.1 A 2.11 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**



## **2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os comentários descritos neste documento têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Bombril S/A – Em Recuperação Judicial, e são apresentadas em conformidade com as normas internacionais “IFRS Accounting Standards” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

### **2025**

O ano de 2025 representou um marco na trajetória da Bombril. Em um contexto desafiador, marcado pela necessidade de reorganização financeira e pelo avanço de processos relevantes relacionados a passivos tributários históricos, a Companhia concentrou seus esforços na preservação da continuidade operacional, na manutenção de sua posição competitiva e na construção das bases para uma estrutura de capital mais sustentável no longo prazo.

Ao longo do exercício, mantivemos o foco na execução disciplinada de nossas operações, preservando a força de nossas marcas e a relevância de nossos produtos junto aos consumidores brasileiros. Em 2025, a Receita Líquida consolidada atingiu R\$ 1.729,01 milhões, enquanto o Lucro Bruto alcançou R\$ 697,1 milhões, refletindo margem bruta de 40,3%. Esses resultados evidenciam a capacidade da Companhia de sustentar níveis consistentes de rentabilidade operacional, mesmo em um ambiente macroeconômico caracterizado pela volatilidade do consumo e pela cautela das famílias em suas decisões de compra.

Durante o período, seguimos investindo na evolução de nosso portfólio, com destaque para iniciativas voltadas à sustentabilidade e à inovação, alinhadas às novas demandas dos consumidores. Entre elas, destacamos o aprimoramento de nossa linha de amaciantes com ativos de origem vegetal, reforçando o compromisso da Companhia com práticas responsáveis e com a construção de valor para consumidores, clientes e demais stakeholders.

No âmbito financeiro, 2025 foi marcado pela implementação de medidas estruturantes destinadas a endereçar desafios históricos que impactam a Companhia. Em fevereiro de 2025, foi deferido o processamento do pedido de Recuperação Judicial da Bombril e de suas controladas, iniciando um processo abrangente de reorganização financeira voltado à preservação das atividades operacionais, à proteção do caixa e à adequação da estrutura de endividamento às condições de geração de caixa do negócio.

Ao longo do ano, avançamos de forma consistente na condução desse processo. Em agosto de 2025, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por mais de 95% dos credores presentes na Assembleia Geral de Credores, demonstrando a confiança dos diferentes públicos na capacidade de recuperação



da Companhia. Posteriormente, em novembro de 2025, o Plano foi homologado judicialmente, permitindo o início da etapa de implementação das medidas previstas e da novação das obrigações sujeitas ao processo.

O Plano estabelece mecanismos que proporcionam maior previsibilidade financeira, permitindo à Companhia adequar seus compromissos ao fluxo de caixa operacional e fortalecer sua capacidade de investimento. Além da reestruturação das dívidas financeiras e operacionais, o Plano contempla alternativas para captação de novos recursos, preservação da liquidez e fortalecimento da estrutura de capital, elementos fundamentais para a continuidade dos negócios.

Paralelamente, a Companhia deu prosseguimento às tratativas relacionadas às discussões tributárias históricas decorrentes das autuações conhecidas como T-Bills, envolvendo operações realizadas entre os anos de 1998 e 2001. Em linha com as melhores práticas contábeis e de governança, a Administração reconheceu contabilmente os valores cuja probabilidade de perda foi considerada provável, totalizando aproximadamente R\$ 1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2025.

Com o objetivo de buscar uma solução definitiva para essas obrigações, a Companhia apresentou proposta de transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando a obtenção de condições compatíveis com sua capacidade financeira e operacional. A conclusão satisfatória dessas negociações permanece como um dos principais pilares para o fortalecimento da posição financeira da Bombril e para a mitigação das incertezas relacionadas à continuidade operacional.

Mesmo diante desse cenário, a Companhia manteve sua operação em pleno funcionamento, preservando o abastecimento de clientes, a relação com fornecedores e a geração de valor para consumidores, colaboradores e acionistas. A atual gestão segue comprometida com a execução rigorosa das medidas aprovadas no âmbito da recuperação judicial, sustentada por três pilares fundamentais: otimização de recursos, eficiência tributária e controle operacional disciplinado.

Os avanços alcançados ao longo de 2025 demonstram a capacidade de adaptação da Bombril frente aos desafios e reforçam nossa convicção de que estamos construindo os alicerces para um novo ciclo de desenvolvimento. Permanecemos confiantes na força de nossas marcas, na dedicação de nossos colaboradores e na capacidade de execução da Companhia para superar os desafios atuais e capturar oportunidades futuras.

## **2024**

No ano de 2024, a prioridade era a recuperação de nossa posição junto aos consumidores, e todas as nossas iniciativas deveriam convergir nesse sentido. Em função de nossa disciplina, o objetivo foi alcançado. O crescimento da presença da Bombril no mercado foi refletido pelo expressivo aumento do volume comercializado nos doze meses do ano de 2024, em comparação ao mesmo período de



2023. As vendas tiveram incremento de 17,5%, atingindo 432,2 mil/tons, e a Receita Operacional Bruta subiu 11,5%, totalizando R\$ 2.307,2 milhões. Destacamos também nosso crescimento em relação aos números de mercado para a cesta de higiene e limpeza: enquanto crescemos 17,5%, o mercado cresceu 0,1%.

No âmbito macroeconômico, destacamos a inflação superior às previsões, que afetou diretamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, a valorização do dólar pressionou os custos de produção em toda a cadeia produtiva da indústria de higiene e limpeza. Durante o período, também observamos mudanças no comportamento dos consumidores. Estudos e análises revelaram o impacto do mercado de apostas online na poupança e no consumo das famílias de menor renda, que reduziram os gastos com supermercado, direcionando recursos para as apostas.

Esse contexto exigiu a implementação de ações para preservar as margens operacionais e garantir a saúde financeira da Companhia. Além da disciplina no controle de custos e despesas, buscamos aumentar receitas, com inovações em categorias como cuidados com roupas (lava roupas e amaciantes), limpador perfumado e reposicionamento de preço.

Contudo, os efeitos do reposicionamento de preços não foram totalmente capturados no quarto trimestre de 2024, pois a efetiva implementação da tabela ocorre somente dois meses após sua divulgação, dado que os ajustes são feitos de forma escalonada por canais (diretos e indiretos), a fim de garantir que os novos preços cheguem às prateleiras do mercado simultaneamente.

Como resultado das medidas implementadas, mesmo em um contexto adverso, foram alcançados bons resultados. No acumulado dos 12M24 o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 239,8 milhões, uma redução de 3,1% em relação aos 12M23. Além disso, ao analisarmos a situação de forma mais ampla, percebemos um fortalecimento da posição competitiva, através da expansão de *market share* e da sustentabilidade dos resultados.

Em outra frente, demos continuidade à reestruturação financeira da Companhia. Para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, renegociamos débitos equivalentes a R\$ 150 milhões, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.

Como demonstrado neste relatório, os resultados previstos já estão sendo conquistados. Isso dá confiança de que conseguiremos atender da melhor forma às necessidades de nossos clientes e consumidores, recompensar adequadamente nossos colaboradores, manter uma relação sólida com nossos fornecedores e entregar o melhor desempenho para os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de



três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal as quais perderam a sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds). O montante total contabilizado foi de R\$ 1.699.077 mil, conforme detalhado em nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

### **2023**

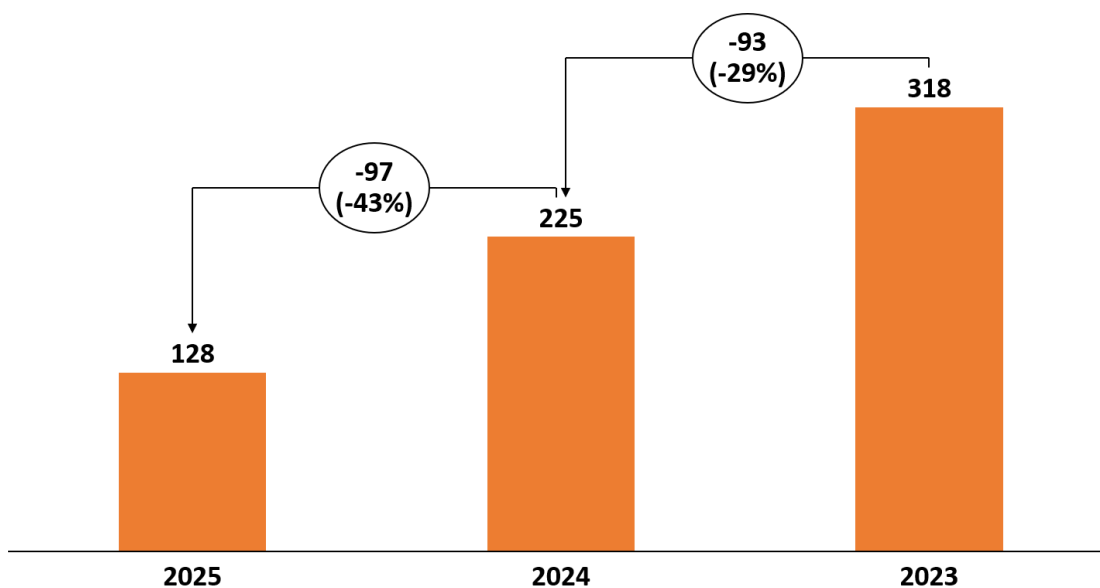
No ano de 2023, foram dados passos importantes e consistentes no processo de transformação da Bombril. O direcionamento estratégico alinhado à excelência na capacidade de execução, mais uma vez, fez a diferença, refletindo em resultados que superaram as expectativas e atingiram patamares inéditos. O EBITDA acumulado de 12M23 alcançou a marca histórica de R\$ 248 milhões, frente aos R\$ 190 milhões realizado em 12M22, e aos R\$ 50 milhões de 12M21. São números que evidenciam a evolução consistente na geração de caixa operacional da Companhia. A evolução da Margem EBITDA - partindo de 4,4% em 12M21, passando pelos 12,9% em 12M22 e atingindo os 17,4% em 12M23 - resulta, principalmente da eficácia das nossas negociações com clientes e fornecedores, com foco sempre na geração de valor para o ecossistema, buscando rentabilidade e crescimento sustentável em nossas relações comerciais.

Destacamos também o controle eficiente da execução de ações táticas dos investimentos comerciais, em conjunto com diversas iniciativas de eficiência operacional em custos e despesas. Esse direcionamento assegurou os bons resultados, a despeito da redução do volume de vendas verificado durante o ano. No acumulado dos 12M23, a receita operacional bruta atingiu R\$ 2,07 bilhões, frente aos R\$ 2,14 bilhões de 12M22 e aos R\$ 1,69 bilhões de 12M21. A Companhia teve um Lucro Líquido contábil de R\$ 100,2 milhões, no acumulado dos 12M23, ante R\$ 22,6 milhões nos 12M22, um crescimento de R\$ 77,6 milhões. A margem líquida contábil atingiu 7,1%, gerando um incremento de +5,6 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.



**Apresentamos abaixo as evoluções de algumas informações e indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas**

**Endividamento bancário líquido consolidado  
(Em R\$ milhões)**



**Caixa e Equivalentes de Caixa**

*(Em milhares de reais – R\$)*

	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	23.332	24.237	7.538
Aplicações financeiras	9.892	12.159	9.973
<b>Total</b>	<b>33.224</b>	<b>36.396</b>	<b>17.511</b>



**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Composição**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Taxa média de encargos %	Vencimento	Consolidado		
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
<u>Em moeda local:</u>					
Financiamento de máquinas e equipamentos			-	-	13
Capital de giro – extraconcursal	1,17 % a 1,97% (CDI)	out/28	46.337	232.040	311.047
Capital de giro – concursal	0,96% a 1,28% (SELIC)	mar/2028	91.960	-	-
Debêntures não conversíveis	1,80% (CDI)	out/27	21.667	33.940	35.160
Operação de fomento			-	-	-
Cessão de recebíveis (a)	1,60% a 2,15% (CDI)		5.177	25.910	8.797
Conta garantida			-	-	-
Fornecedores Risco Sacado	-		-	-	5.787
<b>Total</b>			<b>165.141</b>	<b>291.890</b>	<b>360.804</b>
Circulante			165.141	124.483	196.133
Não circulante				167.407	164.671

(a) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de cessão de duplicatas junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

Todos os contratos realizados pela Companhia de empréstimos e financiamentos, incluindo risco sacado, não possuem cláusulas de covenants de desempenho financeiro ou econômico.

**Capital Circulante Líquido – CCL**

Em 2025, o capital circulante líquido atingiu R\$ 150,7 milhões negativos, em comparação aos R\$49,4 milhões negativos registrados em 2024, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	2025	2024	2023
Ativo Circulante	430.648	381.109	400.686
Passivo Circulante	581.358	430.535	459.248
<b>Capital Circulante Líquido (CCL)</b>	<b>-150.708</b>	<b>-49.426</b>	<b>-58.562</b>



### **Liquidez Corrente**

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de liquidez corrente (índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de 0,7; 0,9x e 0,9x em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

	2025	2024	2023
Ativo Circulante	430.650	381.109	400.686
Passivo Circulante	581.358	430.535	459.248
<b>Liquidez Corrente</b>	<b>0,7x</b>	<b>0,9x</b>	<b>0,9x</b>

### a) **Estrutura de capital:**

<b>Estrutura de Capital</b>	2025	2024	2023
Capital Social	879.785	879.785	879.785

<b>Quantidade de Ações</b>	2025	2024	2023
ON	137.615	137.615	137.615
PN	122.894	122.894	122.894
<b>Total de Ações</b>	<b>260.509</b>	<b>260.509</b>	<b>260.509</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito integralizado é de 260.509 ações, sendo 137,6 milhões de ações ordinárias e 122,9 milhões de ações preferenciais.

	2025	%	2024	%	2023	%
Capital de terceiros (1)	2.449.240	269,29%	2.437.360	293,79%	881.961	106,72%
Capital Próprio (2)	-1.539.713	-169,29%	-1.607.721	-193,79%	-55.506	-6,72%
<b>Total</b>	<b>909.527</b>		<b>829.639</b>		<b>826.455</b>	

(<sup>1</sup>) Capital de Terceiros corresponde à soma do Passivo Circulante e Passivo não Circulante ao final de cada exercício social.

(<sup>2</sup>) Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

### b) **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

O aumento influencia diretamente o aumento da capacidade de pagamento da Companhia, honrando os compromissos correntes e aqueles derivados de dívidas de parcelamentos contraídos com o fisco Estadual e Federal, instituições financeiras e fornecedores.

O quadro abaixo demonstra a redução em 2025 do Endividamento Consolidado, incluindo



Empréstimo e financiamento e os Parcelamentos Fiscais, capacitada pela geração operacional positiva de caixa.

<b>Endividamento Consolidado</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Empréstimos e financiamentos	165,1	291,9	360,8
Parcelamentos fiscais	70,8	99,9	133,8
<b>Dívida Bruta</b>	<b>236,0</b>	<b>391,79</b>	<b>494,6</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-33,2	-36,4	-17,5
(-) Títulos e valores mobiliários	-4,2	-30,6	-25,3
<b>Dívida Líquida</b>	<b>198,6</b>	<b>324,8</b>	<b>451,8</b>
EBITDA ajustado	224,4	239,8	247,5
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado</b>	<b>0,9x</b>	<b>1,4x</b>	<b>1,8x</b>

*Valores expressos em milhares de reais*

Em 2025, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$198,6 milhões, queda de R\$126,2 milhões em relação ao ano de 2024. Em 2024, a Companhia reduziu em R\$102,81 milhões a dívida líquida em relação ao ano de 2023, de R\$451,8 milhões em 2023 para 324,8 milhões em 2024.

**c) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamentos da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo; (iii) emissão de dívidas (debêntures).

Essas fontes de financiamentos são utilizadas pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas da operação, redução do endividamento fiscal e com fornecedores e das taxas de juros a eles atreladas (serviço da dívida).

A Companhia não efetuou investimentos relevantes em 2025, e continua focando na redução dos custos e taxas do endividamento bancário, aumento do prazo de pagamento com fornecedores e diminuição da necessidade de garantias das operações.

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para a melhoria da rentabilidade, retomando os investimentos necessários para manutenção e ampliação do parque fabril, garantindo a produção para demanda de seus produtos, e segue na busca da otimização de sua dívida.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não**



**circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio financeiro e desenvolveu um melhor relacionamento com Instituições Financeiras ao longo dos últimos anos, com capacidade de rolagem e ampliação das linhas de financiamento bancário existentes.

Houve captação de recursos, quando necessário, de forma mais eficiente, com menor custo financeiro, prazo mais alongado e redução das exigências de garantias.

Usando uma combinação de diferentes recursos de capital, tais como as receitas geradas a partir das atividades operacionais da Companhia, emissões de dívidas e condições estendidas aos seus fornecedores, tais recursos são empregados na operação para financiar o nosso crescimento sustentável, o qual acreditamos ser apropriado para o desempenho e continuidade de nossas atividades.

**e) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando:**

**(i) Características das dívidas**

Em 31 de dezembro de 2025 a dívida (finames, capital de giro, debêntures não conversíveis em ações, operações de fomentos, cessão de duplicatas, conta garantida e fornecedores risco sacado) totalizavam R\$165,1 milhões.

A tabela a seguir demonstra o endividamento consolidado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(Em milhares de reais - R\$)

	Taxa média de encargos %	Vencimento	Consolidado		
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
<u>Em moeda local:</u>					
Financiamento de máquinas e equipamentos			-	-	13
Capital de giro – extraconcursal	1,17 % a 1,97% (CDI)	out/28	46.337	232.040	311.047
Capital de giro – concursal	0,96% a 1,28% (SELIC)	mar/28	91.960	-	-
Debêntures não conversíveis	1,80% (CDI)	out/27	21.667	33.940	35.160
Operação de fomento			-	-	-
Cessão de recebíveis (a)	1,60% a 2,15% (CDI)		5.177	25.910	8.797
Conta garantida			-	-	-
Fornecedores Risco Sacado			-	-	5.787
<b>Total</b>			<b>165.141</b>	<b>291.890</b>	<b>360.804</b>
Circulante			165.141	124.483	196.133
Não circulante				167.407	164.671



(a) A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis por meio de cessão de recebíveis junto às instituições financeiras como ferramenta de capital de giro.

Todos os contratos realizados pela Companhia de empréstimos e financiamentos, incluindo risco sacado, não possuem cláusulas de covenants de desempenho financeiro ou econômico.

**(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**

Em 31 de dezembro de 2025, nossos empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo totalizaram R\$165,1 milhões, e estão distribuídos conforme tabela abaixo:

**Parcela não circulante de Empréstimos e Financiamentos**

Vencimento	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	3.148
2026	165.141	123.993
2027	-	38.993
2028	-	1.273
	<u>165.141</u>	<u>167.407</u>

Em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, determinadas obrigações financeiras da Companhia tiveram seus vencimentos antecipados, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais. Tais saldos foram reclassificados para o passivo circulante.

**(iii) grau e subordinação entre as dívidas;**

A Companhia informa nos exercícios sociais findos em 2025, 2024 e 2023, não possui grau de subordinação entre dívidas entre elas, tendo, portanto, direitos iguais de pagamentos.

**(iv) eventuais restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratações de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alteração de controle societário.**

Não há restrições impostas a Companhia. Nos 3 últimos exercícios sociais, a maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não contém cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Companhia e de suas controladas.

**f) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os limites para contratação dos financiamentos passam por aprovação do corpo diretivo



competente antecedente a formalização junto às Instituições financeiras.

**g) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Abaixo a comparação das principais contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

**Ativo Circulante**

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Em 31 de dezembro de 2025 encerramos com saldo de R\$36,4 milhões, apresentando uma redução de 8,7%, comparado a 31 de dezembro de 2024, de R\$36,6 milhões.
- **Títulos e valores mobiliários** – Em 31 de dezembro de 2025, encerramos com R\$1,3 milhões, apresentando uma redução 90,5%, comparado a 31 de dezembro de 2024 que foi de R\$13,9 milhões, valor utilizado principalmente para constituição de garantia para empréstimos e financiamentos da Companhia.
- **Estoques** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$161,9 milhões, o que representa um aumento de 35,4% em relação a 31 de dezembro de 2024 que foi de R\$119,6 milhões, e essa variação está relacionada principalmente ao aumento de demanda de produção para atender o crescimento operacional da Companhia.
- **Contas receber de clientes** – Os valores a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$193,5 milhões, o que representa uma redução de 1,6 % em relação a 31 de dezembro de 2024 que foi de R\$196,7 milhões, impactado principalmente pelo aumento do volume de vendas, e conseqüentemente, aumento da receita líquida nos últimos meses do ano.
- **Tributos a Recuperar** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$14,5 milhões, aumento de 116,4% relação a 31 de dezembro de 2024 que fechou com o saldo de R\$6,7 milhões, a principal variação ocorreu por utilização de créditos de INSS, PIS e COFINS nas compensações de pagamentos de tributos federais.

**Ativo Não Circulante**

- **Tributos diferidos** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$ 59,8 milhões, apresentando uma redução de R\$ 4,0 milhões, comparado ao ano anterior de R\$63,8 milhões. A Administração realizou projeções dos resultados para os próximos 3 anos, visando apurar o lucro tributável, e conseqüentemente, absorção dos créditos tributários. Com base nas premissas consideradas e aplicando análises de sensibilidades para os saldos das contas de provisões que compõe as diferenças temporárias, a administração avaliou e registrou parcialmente



o ativo diferido sobre os prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social negativa.

- **Depósitos Judiciais** – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou R\$104,5 milhões de depósitos judiciais, ante R\$73,3 milhões em 31 de dezembro de 2024. A Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências, de natureza trabalhista, cível e fiscal. O aumento é decorrente principalmente a processos de natureza fiscal relacionados ao T-Bills.

#### **Passivo circulante e Passivo não circulante**

- **Fornecedores** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$298,1 milhões, representando um aumento de R\$108,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024 que foi de R\$ 189,2 milhões. A variação corresponde principalmente ao aumento de compras de matéria-prima para atender o crescimento operacional da Companhia.
- **Empréstimos e financiamentos** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$165,1 milhões apresentando uma diminuição de R\$126,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024 que foi de R\$ 291,8 milhões. A redução está relacionada a continuidade de reestruturação financeira da Companhia. Em razão do processo de Recuperação Judicial, determinados empréstimos passaram a ser liquidados por meio da execução de garantias vinculadas aos respectivos contratos de acordo com as condições contratuais junto aos credores.
- **Obrigações Tributárias a recolher** – Em 31 de dezembro de 2025, encerrou com saldo de R\$ 47,6 milhões no curto prazo e R\$ 1.793,9 milhões no longo prazo que totalizam R\$ 1.841,5 milhões, um aumento de R\$ 27,6 milhões comparado com o ano de 2024.

A variação ocorreu principalmente pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal as quais perderam a sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds). Com base nos assessores jurídicos externos da Companhia, apesar da manutenção da discussão dos processos judiciais continuarem na esfera judicial, a Administração, entendeu por bem em proceder o reconhecimento contábil dos três autos de infração envolvendo incertezas tributárias referentes a imposto de renda retido na fonte sobre remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior. Sendo o primeiro (1998) e o terceiro (2001) auto de infração acordados com a PGFN uma



penhora mensal (NJP), mediante depósito judicial, sobre a Receita Operacional Líquida e apresentação de bens em garantia, cuja avaliação restou concluída pelos Oficiais de Justiça.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu pelo reconhecimento das dívidas decorrentes de três autuações fiscais lavradas pela Receita Federal as quais perderam sua litigiosidade na esfera administrativa e continuam em discussão na esfera judicial. Tais processos judiciais discutem crédito fiscal sobre imposto de renda retido na fonte referentes aos anos calendários de 1998, 1999 e 2001, sob a alegação de pagamentos para pessoas jurídicas e físicas residentes no Brasil e exterior, com fundamento no artigo 61, § 1º da Lei 8.981/1995. Os pagamentos que deram origem aos créditos tributários decorreram de remessas para o exterior em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior, (T-BILLS, T-Bonds, Argentine Global Bonds).

- **Patrimônio Líquido** – O patrimônio líquido da Companhia apresentou uma redução de 4,2%, passando de R\$ 1.607,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.539,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2025. Essa variação reflete o lucro líquido de R\$ 68,0 milhões apurado no exercício.

Os balanços patrimoniais consolidados levantados em 2025, 2024 e 2023, bem como as respectivas demonstrações do resultado consolidado, foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais (IFRS Accounting Standards). As informações a seguir, devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).



## Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

A seguir, são apresentados os balanços patrimoniais consolidados relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Balanço patrimonial (R\$ milhares)

	2025	AV	2024	AV	2023	AV	Variação 2025 x 2024	Variação 2024 x 2023
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	33.224	3,7%	36.396	4,4%	17.511	2,1%	-8,7%	107,8%
Títulos e valores mobiliários	1.315	0,1%	13.894	1,7%	13.498	1,6%	-90,5%	2,9%
Contas a receber de clientes	193.472	21,3%	196.709	23,7%	193.778	23,4%	-1,6%	1,5%
Estoques	161.868	17,8%	119.565	14,4%	91.634	11,1%	35,4%	30,5%
Tributos a recuperar	14.526	1,6%	6.741	0,8%	68.672	8,3%	115,5%	-90,2%
Despesas antecipadas	10.820	1,2%	6.064	0,7%	9.737	1,2%	78,4%	-37,7%
Outros ativos	15.423	1,7%	1.740	0,2%	5.856	0,7%	786,4%	-70,3%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>430.648</b>	<b>47,3%</b>	<b>381.109</b>	<b>45,9%</b>	<b>400.686</b>	<b>48,5%</b>	<b>13,0%</b>	<b>-4,9%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Realizável a longo prazo								
Títulos e valores mobiliários	2.852	0,3%	16.728	2,0%	11.844	1,4%	-83,0%	41,2%
Tributos a recuperar	6.755	0,7%	2.863	0,3%	1.301	0,2%	135,9%	120,1%
Tributos diferidos	59.801	6,6%	63.794	7,7%	73.389	8,9%	-6,3%	-13,1%
Depósitos judiciais	104.550	6,6%	73.310	8,8%	58.910	7,1%	42,6%	24,4%
Outros ativos	2.903	0,3%	1.065	0,1%	4.447	0,5%	172,6%	-76,1%
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>176.861</b>	<b>19,4%</b>	<b>157.760</b>	<b>19,0%</b>	<b>149.891</b>	<b>18,1%</b>	<b>12,1%</b>	<b>5,2%</b>
Direito de uso	5.591	0,6%	8.674	1,0%	7.165	0,9%	-35,5%	21,1%
Imobilizado	294.374	32,4%	278.999	33,6%	263.685	31,9%	5,5%	5,8%
Intangível	2.053	0,2%	3.097	0,4%	5.028	0,6%	-33,7%	-38,4%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>478.879</b>	<b>52,7%</b>	<b>448.530</b>	<b>54,1%</b>	<b>425.769</b>	<b>51,5%</b>	<b>6,8%</b>	<b>5,3%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>909.527</b>	<b>100%</b>	<b>829.639</b>	<b>100%</b>	<b>826.455</b>	<b>100%</b>	<b>9,6%</b>	<b>0,4%</b>

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



	2025	AV	2024	AV	2023	AV	Variação 2025 x 2024	Variação 2024 x 2023
<b>PASSIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	298.125	32,8%	189.220	22,8%	148.670	18,0%	57,6%	27,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	27.750	3,1%	28.672	3,5%	34.397	4,2%	-3,2%	-16,6%
Empréstimos e financiamentos	165.141	18,2%	124.483	15,0%	196.133	23,7%	32,7%	-36,5%
Passivos de arrendamentos	2.302	0,3%	5.026	0,6%	5.709	0,7%	-54,2%	-12,0%
Obrigações tributárias a recolher	48.962	5,4%	50.271	6,1%	53.774	6,5%	-2,6%	-6,5%
Provisões diversas	11.499	1,3%	13.294	1,6%	8.117	1,0%	-13,5%	63,8%
Outros passivos	27.579	3,0%	19.569	2,4%	12.448	1,5%	40,9%	57,2%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>581.358</b>	<b>63,9%</b>	<b>430.535</b>	<b>51,9%</b>	<b>459.248</b>	<b>55,6%</b>	<b>35,0%</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	167.407	20,2%	164.671	19,9%	-100,0%	1,7%
Passivos de arrendamentos	3.967	0,4%	4.219	0,5%	2.334	0,3%	-6,0%	80,8%
Obrigações tributárias a recolher	1.793.959	197,2%	1.766.257	212,9%	99.353	12,0%	1,6%	1677,8%
Tributos diferidos	-	0,0%	37.890	4,6%	39.183	4,7%	-100,0%	-3,3%
Provisões diversas	36.599	4,0%	1.460	0,2%	72.045	8,7%	2406,8%	-98,0%
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.543	0,2%	29.376	3,5%	45.127	5,5%	-94,7%	-34,9%
Outros passivos	31.814	3,5%	218	0,0%	-	0,0%	14493,6%	#DIV/0!
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.867.882</b>	<b>205,4%</b>	<b>2.006.827</b>	<b>241,9%</b>	<b>422.713</b>	<b>51,1%</b>	<b>-6,9%</b>	<b>374,7%</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>								
Capital social	879.785	96,7%	879.785	106,0%	879.785	1,064529	0,0%	0,0%
Reservas de capital	6.745	0,7%	6.745	0,8%	6.745	0,008161	0,0%	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	70.885	7,8%	73.463	8,9%	76.048	0,092017	-3,5%	-3,4%
Prejuízos acumulados	- 2.497.128	-274,6%	- 2.567.714	-309,5%	- 1.018.084	-1,23187	-2,7%	152,2%
<b>Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>- 1.539.713</b>	<b>-169,3%</b>	<b>- 1.607.721</b>	<b>-193,8%</b>	<b>- 55.506</b>	<b>-0,06716</b>	<b>-4,2%</b>	<b>2796,5%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>	<b>909.527</b>	<b>100%</b>	<b>829.641</b>	<b>100%</b>	<b>826.455</b>	<b>100%</b>	<b>9,6%</b>	<b>0,4%</b>

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



**Análise Comparativa das Demonstrações de Resultados**

Demonstração do Resultado do Período  
(R\$ milhares)

	2025	AV	2024	A
Receita líquida de vendas	<b>1.729.013</b>	<b>100%</b>	<b>1.597.786</b>	<b>100%</b>
Custo dos produtos vendidos	-	1.031.841 -59,7%	-	941.572 -58,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>697.172</b>	<b>40,3%</b>	<b>656.214</b>	<b>41,1%</b>
Despesa com vendas	-	367.802 -21,3%	-	351.413 -20,8%
Despesas gerais e administrativas	-	139.302 -8,1%	-	106.498 -6,3%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.194 0,1%		71.046 4,4%
Resultado de equivalência patrimonial		-		-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>191.262</b>	<b>11,1%</b>	<b>269.349</b>	<b>15,0%</b>
Receitas financeiras		5.867 0,3%		9.178 0,3%
Despesas financeiras	-	113.819 -6,6%	-	1.800.977 -104,3%
Resultado financeiro	-	107.952 -6,2%	-	1.791.799 -103,2%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>83.310</b>	<b>4,8%</b>	<b>1.522.450</b>	<b>-88,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	15.302 -0,9%	-	29.765 -1,9%
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>68.008</b>	<b>3,9%</b>	<b>1.552.215</b>	<b>-89,8%</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>	<b>68.008</b>	<b>3,9%</b>	<b>1.552.215</b>	<b>-89,8%</b>
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Básico	0,261057	-	5,958375	-
Lucro (Prejuízo) por ação (R\$) - Diluído	0,261057	-	5,958375	-



## 2.2. Resultados operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor, em especial.

#### (i) descrição de quaisquer componentes da receita

#### Volume de Produtos Vendidos

Em 2025, o volume de vendas atingiu 460,2 mil toneladas, um acréscimo de 6,5% em comparação ao ano de 2024. Nosso desempenho comprova a solidez das categorias estratégicas da Bombril. O avanço equilibrado foi ancorado pela performance significativa e pela notável expansão das inovações lançadas recentemente, sobretudo em Lava Roupas e Limpador Perfumado. Esse resultado positivo valida a estratégia da Companhia de focar em produtos de alto giro, qualidade e alto potencial de crescimento, impulsionando a expansão do nosso *market share* e atestando a excelência comercial de nossa operação.

Em 2024, o volume de vendas atingiu 432,1 mil toneladas, um acréscimo de 17,5% em comparação ao ano de 2023. A Companhia apresentou um forte crescimento do volume de vendas e na ampliação de *market share*, reforçando sua posição de mercado e destacando seu compromisso com inovação e crescimento sustentável. Este importante avanço foi acompanhado pela adequação do posicionamento de preços, resultando na preservação de *cash margin*. O desempenho no período reflete o acerto no direcionamento da Companhia através da execução de vendas alinhadas com a estratégia de crescimento contínuo e sustentável.

No ano de 2023, o volume de vendas foi de 367,9 mil toneladas, uma queda de 11,4% em comparação ao ano de 2022. A redução no volume durante o ano 2023 está alinhada com a estratégia de preservação da rentabilidade, por meio de um portfólio de vendas com uma combinação adequada de mix e preços, assegurando as melhores margens.

#### Receita Líquida de Vendas

Em 2025, a receita líquida de vendas atingiu R\$ 1.729,0 milhões ante a R\$1.597,8 milhões nos 12M24, um acréscimo de 8,2%. O crescimento da receita líquida nesse ano foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

Em 2024, a receita líquida de vendas atingiu R\$1.597,8 milhões ante a R\$1.420,7 milhões nos 12M23, um acréscimo de 12,5%. O aumento na receita líquida foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

Em 2023, encerrou com um montante de R\$1.420,7 milhões, ante a R\$1.471,2 milhões no 12M22, representando uma diminuição na receita líquida de vendas de 3,43%. A variação na receita foi impactada principalmente pela redução do volume, e está alinhada com o direcionamento da Companhia em se manter rentável, otimizar o portfólio de vendas e preservação de *cash margin*.

#### Custo de Produtos Vendidos (CPV consolidado)

Em 2025, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$1.031,8 milhões. O CPV/Ton teve um aumento de 9,6% comparado a 2024, essa variação ocorreu principalmente pelo aumento do volume produzido durante o ano.



Em 2024, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$941,6 milhões. O CPV/Ton teve uma redução de 5,2% comparado a 2023, essa variação ocorreu principalmente pela eficiência operacional em redução de custos.

Em 2023, os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$845,7 milhões. O CPV/Ton teve uma queda de 12,0% comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa queda é devido principalmente à preservação das margens, adequação do portfólio de vendas e eficiência operacional em redução de custos.

### **Lucro Bruto**

Em 2025, o lucro bruto do exercício foi 697,2 milhões, representando crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior, que somou R\$ 656,2 milhões. A performance positiva da Companhia no período refletiu a eficiência na execução da estratégia, com foco em crescimento sustentável do volume de vendas, posicionamento adequado dos preços, com preservação de *cash margin* e eficiência operacional em redução de custos.

Em 2024, o lucro bruto do exercício foi de R\$656,2 milhões, um aumento de 14,1% em relação ao mesmo período de 2023. A performance positiva da Companhia no período refletiu a eficiência na execução da estratégia, com foco em crescimento sustentável do volume de vendas, posicionamento adequado dos preços, com preservação de *cash margin* e eficiência operacional em redução de custos.

O lucro bruto no exercício de 2023 foi de R\$574,9 milhões, um aumento de 11,2% em relação ao mesmo período em 2022 que foi de R\$510,7 milhões. Esse crescimento se deve ao reposicionamento de preços e aumento de volume adequado do portfólio de vendas.

### **Vendas, Despesas Gerais e Administrativas**

Em 2025, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$ 505,9 milhões, um aumento de R\$ 119,0 milhões. A variação no acumulado dos 12M25 está relacionada a parte da estratégia de promoção de vendas, alinhada às iniciativas de lançamentos e suporte ao reposicionamento da marca.

Em 2024, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$ 386,9 milhões, um aumento de R\$ 32,6 milhões. A variação no acumulado dos 12M24 foi motivada, principalmente, por incremento em campanhas de publicidade com mídias digitais e ações de trade, e despesas com frete sobre vendas por diversificação de perfil de clientes regionais. Além disso, ocorreram eventos não recorrentes referente ao reconhecimento de reversão de honorários advocatícios relacionados aos processos T-Bills.

No ano de 2023, as despesas e receitas operacionais totalizaram R\$354,3 milhões. Houve um aumento de R\$ 1,3 mil em relação ao ano anterior. Essa variação demonstra que no ano de 2023 a Companhia manteve o controle adequado das despesas operacionais e capacidade de absorver significativamente os efeitos inflacionários no período.

### **Lucro Líquido (Prejuízo) do Período**

Em 2025, o lucro líquido foi de R\$68,0 milhões. Esse resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas aos processos jurídicos T-Bills e reversão de honorários advocatícios, detalhados nas demonstrações financeiras em 2025.

Em 2024, o Prejuízo líquido foi de R\$1.552,2 milhões, uma redução de 1.650% em relação ao ano de 2023. Esse resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas aos processos jurídicos T-Bills e reversão de honorários advocatícios, detalhados nas demonstrações financeiras em 2024.



O Lucro líquido encerrado em 2023, foi de R\$100,2 milhões, que apresenta um aumento de 343,5% em relação ao ano de 2022. O crescimento sustentável no período evidencia a melhora nas condições gerais da Bombril com foco em lucratividade, eficiência operacional em custos e despesas e redução do custo da dívida mediante captações com menores taxas e aumento de prazo para pagamento.

**(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

**(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Em 2025, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 2.465,8 milhões, representando um crescimento de 6,9% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo aumento do volume de vendas, pela melhoria na distribuição dos produtos e por uma estratégia de portfólio que combinou adequadamente o mix de produtos e o posicionamento de preços.

Em 2024, a receita operacional bruta alcançou o montante de R\$2.307,2 milhões, um aumento de 11,5% em relação ao ano anterior. O aumento na receita operacional bruta foi impulsionado principalmente por crescimento significativo do volume, melhora na distribuição de vendas e um portfólio com combinação adequada de mix e posicionamento de preço.

No ano de 2023, a Companhia atingiu R\$2.069,4 milhões de receita operacional bruta, diminuição de 3,31%, que corresponde a uma redução de R\$70,9 mil em relação ao mesmo período do ano anterior.

**(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

**Inflação**

O resultado da Companhia é afetado pela inflação. Uma parte de nossos custos e despesas é incorrida em Reais e é impactada quando nossos fornecedores e prestadores de serviços aumentam seus preços.

**Câmbio**

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia, são afetados pela variação cambial entre o Real contra Dólar Norte Americano, visto que uma parte relevante dos custos de matérias primas e embalagens estão indexados ao Dólar Norte Americano. Esse tipo de risco pode afetar positivamente ou negativamente o custo do produto vendido.

**Taxa de juros**

No acumulado de 2025, o deferimento da Recuperação Judicial contribuiu para a redução do saldo devedor de empréstimos, em função da execução das garantias, refletindo diretamente na diminuição das despesas financeiras registradas no período.

No acumulado de 2024, houve um aumento na taxa SELIC, indexador de parte dos empréstimos bancários, o que refletiu nas despesas financeiras da Companhia. No entanto, para reduzir custos e alongar o perfil do endividamento, foram renegociados débitos equivalentes a R\$ 150 milhões, diminuindo os custos em 0,9 p.p. ao mês e ampliando o prazo médio do endividamento de 24 para 32 meses. Este foi um passo importante para otimizar a estrutura de capital e criar ambiente propício para o crescimento sustentável da empresa.

No acumulado de 2023, houve um leve aumento na taxa SELIC, indexador de parte dos empréstimos bancários, que refletiu nas despesas financeiras de um ano para o outro da Companhia.



## **2.3 Mudanças nas práticas contábeis Opiniões modificadas e ênfases**

### **Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos**

**31/12/2025:** Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2025, em relação ao exercício anterior (2024). As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e foi emitido relatório com abstenção de opinião, conforme detalhado no tópico “Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”.

**31/12/2024:** Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2024, em relação ao exercício anterior (2023). As demonstrações contábeis do exercício de 2024 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e foi emitido relatório com abstenção de opinião, conforme detalhado no tópico “Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas”.

**31/12/2023:** Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no exercício de 2023, em relação ao exercício anterior (2022). As demonstrações contábeis do exercício de 2023 foram verificadas por uma auditoria independente à administração e não foram identificadas ressalvas (relatório limpo) nos registros contábeis da companhia, dentro do escopo de atuação da auditoria (exame das demonstração contábeis da Bombril S.A e suas controladas).

#### **a) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Foi apresentada opinião modificada em relação às Demonstrações Financeiras 2025 nos seguintes termos:

##### **Opinião**

*Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bombril S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.*

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Bombril S.A. – Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).*

##### **Base para opinião**

*Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.*

##### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

*Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1.1 e nº 1.3 às demonstrações financeiras individuais*



e consolidadas, que descrevem que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado negativo de R\$150.710 mil, patrimônio líquido negativo de R\$1.539.713 mil e obrigações tributárias a recolher no montante de R\$1.749.004 mil, em fase de negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). Os planos da Administração com relação a esses assuntos estão descritos nas referidas notas explicativas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito anteriormente, na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### *Plano de Recuperação Judicial*

#### Por que é um Principal Assunto de Auditoria

A Companhia e suas controladas, Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. e Bril Cosméticos S.A. encontram-se em processo de recuperação judicial. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício de 2025 a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de recuperação judicial ("PRJ"), o qual foi deferido pelo juízo competente em fevereiro de 2025. O PRJ foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 06 de agosto de 2025 e homologado judicialmente em 28 novembro de 2025.

Ações relevantes previstas no PRJ foram concluídas e implementadas após a data-base das demonstrações financeiras, incluindo a reestruturação da dívida e a captação de novos recursos conforme estabelecido no PRJ (vide nota explicativa nº 1.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas). A reestruturação da dívida da Companhia, incluiu, entre outros, a novação de passivos, definição de novas condições de pagamento por classe de credores, possibilidade de captação de novos recursos por meio de financiamento "Debtor-in-Possession - DIP", bem como a definição de fluxos de pagamentos futuros com base nas opções de liquidação eleitas pelos credores.

No âmbito da implementação do plano, a Companhia realizou julgamentos significativos relacionados à avaliação da mensuração e divulgação dos efeitos do PRJ aprovado, incluindo a divulgação, como eventos subsequentes, dos efeitos de valor justo decorrentes das modificações substanciais dos instrumentos financeiros passivos afetados pelas eleições dos credores. Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido: (i) à sua relevância, e natureza não recorrente no exercício; (ii) à elevada complexidade envolvida na aprovação, homologação e ações executadas no âmbito do PRJ; e (iii) à magnitude dos potenciais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

- e) Com o apoio de especialistas internos em recuperação judicial, acompanhamos e discutimos com a Administração da Companhia as diversas etapas do PRJ, efetuamos a leitura e análise da documentação relevante, incluindo o pedido de recuperação judicial, o Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da assembleia de credores, a decisão de homologação judicial, quadro de eleição de credores publicada pelo Administrador Judicial e demais documentos importantes relacionados ao processo de PRJ.
- f) Analisamos as principais condições do plano aprovado, incluindo as modalidades de pagamento aos credores, prazos, taxas de atualização, descontos ("haircut") e opções de liquidação.
- g) Avaliamos as metodologias e premissas adotadas pela Administração para mensuração e divulgação como eventos subsequentes dos efeitos contábeis decorrentes da reestruturação das dívidas.
- h) Avaliamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras, à luz dos pronunciamentos contábeis aplicáveis.



### Conclusão dos procedimentos

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao PRJ e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de avaliação e mensuração dos impactos das ações realizadas no âmbito do PRJ adotados pela Administração da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigação tributária em fase de negociação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN")

### Por que é um Principal Assunto de Auditoria

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1, nº 1.3 e nº 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, obrigações tributárias a recolher no montante de R\$1.749.004 mil, reconhecidas no passivo não circulante, bem como contingência com probabilidade de perda possível no montante de R\$440.182 mil, as quais se encontram em fase de negociação com a PGFN.

Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria em função de:

- vi. Da sua relevância nas demonstrações financeiras.
- vii. Da complexidade jurídica e fiscal associada às discussões.
- viii. Alto grau de julgamento envolvido na avaliação da probabilidade de perda e na mensuração dos valores reconhecidos ou divulgados, considerando-se: o estágio processual das discussões judiciais, a avaliação de probabilidade de perda baseada em pareceres jurídicos externos de advogados independentes, a interpretação de decisões já proferidas e a avaliação dos impactos esperados no desfecho final em instâncias superiores e a definição do tratamento contábil aplicável entre passivo contabilizado ou contingência divulgada.
- ix. Da existência de negociações em andamento para a liquidação dos passivos e contingências que podem impactar significativamente a liquidação futura desses passivos.
- x. Potencial impacto na continuidade operacional da Companhia. Vide seção mencionada anteriormente intitulada "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional".

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Entendimento e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionado à mensuração da referida obrigação tributária e contingência passiva.
- j) Com o apoio de especialistas internos tributários, efetuamos a leitura dos principais documentos relacionados aos processos, incluindo autos de infração, memorandos técnicos da Administração, carta do advogado patrono dos processos, pareceres jurídicos internos da Companhia e opiniões legais de assessores externos independentes contratados pela Companhia.
- k) Avaliamos a independência, competência e objetividade dos assessores legais utilizados pela Administração como especialistas externos.
- l) Avaliamos a razoabilidade das conclusões da Administração quanto às probabilidades de perdas, considerando os cenários jurídicos apresentados, bem como o estágio atual dos processos judiciais e administrativos.
- m) Avaliamos as metodologias e premissas utilizadas na mensuração e classificação dos valores registrados no passivo e valores divulgados como contingências passivas, incluindo apuração do valor do principal, atualização monetária, juros e multas, conforme aplicável.
- n) Comparamos os valores contabilizados e divulgados com extratos da dívida advindos de fonte externa e independente (PGFN).
- o) Avaliamos as evidências disponíveis relacionadas às negociações em andamento com a PGFN sobre a proposta de transação tributária e obtivemos confirmação do advogado externo que assessora a Companhia sobre o estágio atual das negociações.
- p) Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Conclusão dos procedimentos



*Como resultado da execução destes procedimentos, identificamos deficiência de controle interno relacionada ao processo de mensuração da obrigação tributária, que ocasionou um ajuste contábil proposto e não corrigido pela Administração, por ter sido considerado imaterial, bem como um ajuste proposto e corrigido pela Administração sobre valores divulgados em nota explicativa. A deficiência de controle interno e os ajustes identificados nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria, modificando a natureza, a época e a extensão dos nossos procedimentos substantivos planejados, a fim de obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas.*

*Com base nos procedimentos de auditoria realizados e nas evidências obtidas, consideramos que os julgamentos adotados pela Administração quanto ao reconhecimento, mensuração e divulgação das obrigações tributárias e contingências passivas em fase de negociação com a PGFN são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.*

#### **Outros assuntos**

##### *Auditoria dos valores correspondentes*

*Os valores correspondentes, relativos às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 26 de novembro de 2025, contendo abstenção de opinião, cuja base para abstenção de opinião foi a existência de múltiplas incertezas relacionadas: (i) ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral de Credores, mas ainda pendente de homologação naquela data; (ii) à negociação dos pagamentos de autos de infração com a PGFN; e (iii) à provisão de fretes, nos montantes de R\$17.465 mil na controladora e R\$5.477 mil no consolidado, registrados em 31 de dezembro de 2024.*

##### *Demonstrações do valor adicionado*

*As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.*

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

*A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.*

*Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.*

*Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.*

#### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as*



*IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.*

*Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.*

*Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.*

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.*

*Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:*

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.*
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.*
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.*
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*



## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras da Companhia e seus resultados.

a) **introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável para a Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

b) **constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Não aplicável para a Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

c) **eventos ou operações não usuais;**

Em 2025, os eventos não recorrentes expurgados para fins de cálculo do EBITDA Ajustado totalizaram R\$ 8,7 milhões e referem-se ao ajuste de honorários advocatícios relacionados ao processo de Recuperação Judicial.

Em 2024, os eventos não recorrentes que impactaram o EBITDA da Companhia totalizaram R\$56,9 milhões, e tratam-se de reversão de honorários advocatícios referentes aos processos T-Bills.

Em 2023, não ocorreram eventos não recorrentes que afetassem o EBITDA da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

a) **Informar o valor das medições não contábeis.**

### EBITDA e Margem do EBITDA

A Companhia utiliza como forma de medição o LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (Earnings Before, Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527, de 4 de outubro de 2012 conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido do resultado financeiro, líquido, pelo imposto de renda e contribuição social, pelo custo e despesas de depreciação e amortização.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida consolidada da Companhia.

	2025	2024	2023
Receita Líquida	1.729,0	1.597,8	1.420,7
Ebitda Ajustado	224,2	239,8	247,5
Margem Ebitda Ajustado	13,0%	15,0%	17,4%

(\*) Valores expressos em R\$ milhões, exceto percentuais

b) **Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:**

### EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro/prejuízo líquido para o EBITDA e o EBITDA ajustado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**EBITDA**

**31/12/2025**

**31/12/2024**

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



(=) Lucro (Prejuízo) do exercício	68,0	(1.552,2)
(-) IR / CS	15,3	29,8
(+/-) Resultado Financeiro	108,0	1.791,8
(+) Depreciação/Amortização	24,2	27,4
(=) Ebitda	215,5	296,7
(+) Resultado não recorrente	8,7	(56,9)
<b>(=) Ebitda Ajustado</b>	<b>224,2</b>	<b>239,8</b>

(\*)Valores expressos em R\$ milhões

**c) Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da companhia:**

O LAJIDA (Lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) ou (EBITDA) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo no fluxo de caixa da empresa. O LAJIDA é uma informação complementar às demonstrações financeiras da companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Administração da Companhia entende que o LAJIDA (EBITDA) é medição para analisar o desempenho econômico operacional da Companhia, em função de não ser afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como pelos níveis de depreciação e amortização.



## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### Atualizações sobre a Recuperação Judicial

#### Procedimento de Eleição de Modalidades de Pagamento de Credores

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a Administração da Companhia fez uma avaliação se as dívidas objeto da RJ sofreram modificação substancial. Uma modificação substancial da dívida é aquela que altera os termos do contrato original de forma significativa, que pode ser avaliada de duas formas principais (teste qualitativo e teste quantitativo).

Considerando as novas condições escolhidas pelos credores e divulgadas no quadro de eleição de credores publicada em 25 de fevereiro de 2026 (ver nota explicativa 1.2), e considerando que a recuperação judicial não possui condições suspensivas, a Administração entende que houve mudança substancial de alguns passivos financeiros, principalmente para a parcela da dívida referente aos credores concursais não colaboradores.

Para os casos em que houve mudança substancial do passivo, a Companhia, realizará no primeiro trimestre de 2026 a baixa / extinção do passivo financeiro original, conforme requerido pelo CPC 48, itens 3.3.1 a 3.3.3 (IFRS 9), e reconhecerá novo passivo financeiro mensurado a valor justo. Para os passivos que não tiveram mudança substancial dos termos, a Companhia efetuará avaliação para concluir se deveria efetuar ajuste a valor presente dos passivos financeiros no primeiro trimestre de 2026.

A Administração da Companhia fez suas melhores estimativas dos efeitos, como resumido abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores e processos cíveis com fornecedores	Processos trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (c)	91.960	236.834	5.009	333.803
Saldos em 25 de fevereiro de 2026 antes dos ajustes:				
Colaboradores	91.864	201.809	-	293.673
Credores que receberão 100% do saldo de até R\$10 a vista em até 30 dias	-	2.901	144	3.045
Não colaboradores	2	28.347	4.898	33.247
Total	91.866	233.057	5.042	329.965
Estimativa do ajuste de ganho de deságio - "haircut" (a)	(2)	(21.259)	(3.482)	(24.743)
Subtotal	91.864	211.798	1.560	305.222
Estimativa do ajuste a valor justo (ganho) (b)	(6.815)	(5.714)	(212)	(12.741)
Saldo em 25 de fevereiro de 2026 após os ajustes	85.049	206.084	1.348	292.481
Valor antes dos pagamentos (ver subtotal acima)	91.864	211.798	1.560	305.222
Pagamentos realizados até 26 de junho de 2026	(17.642)	(203.170)	-	(220.812)
Saldo em aberto em 26 de junho de 2026	74.222	8.628	1.560	84.410
Fluxo estimado de pagamentos:				
Em até 12 meses	28.290	-	1.560	29.850
Após 12 meses	45.932	8.628	-	54.560
Total	74.222	8.628	1.560	84.410

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



Fluxo estimado de pagamentos por ano de vencimento - saldo em aberto em 26/06/2026:

Ano	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores e processos cíveis com fornecedores	Processos trabalhistas	Total
2026	16.807	-	1.560	18.367
2027	45.932	-	-	45.932
2028	11.483	-	-	11.483
2029 em diante	-	8.628	-	8.628
Total	<u>74.222</u>	<u>8.628</u>	<u>1.560</u>	<u>84.410</u>

- (a) Credores concursais não colaboradores - redução do saldo do passivo, conforme a opção de pagamento selecionada pelos credores não financeiros, (i) sofreram um desconto de 70% no valor de seus créditos, ou (ii) receberam o valor menor entre o valor integral do crédito e R\$ 10.000,00, em conformidade com as disposições do Plano de Recuperação Judicial. Para os credores concursais financeiros não colaboradores - redução do passivo, conforme a opção de pagamento selecionada pelos credores financeiros, sofreram um desconto de 70% no valor de seus créditos, em conformidade com as disposições do Plano de Recuperação Judicial. O montante do deságio será reconhecido, no primeiro trimestre de 2026, no resultado do período, no resultado financeiro.
- (b) Ajuste a Valor Justo - refere-se ao cálculo do ajuste a valor justo do passivo, conforme modalidade de pagamento selecionada pelos credores financeiros e as diretrizes estabelecidas do Plano de Recuperação Judicial. Esse cálculo considerou os novos valores devidos, prazos e condições de pagamento. Para as mensurações dos valores justos das dívidas a Companhia utilizou a taxa de desconto de 18,86%. Os valores resultantes desse ajuste a valor justo serão reconhecidos como ganho no resultado do primeiro trimestre de 2026, como resultado financeiro. Os passivos financeiros da Companhia, serão mensurados pelo valor justo em 25 de fevereiro de 2026, data da modificação substancial e, subsequentemente, passarão a ser mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.
- (c) As variações observadas entre os saldos registrados em 31 de dezembro de 2025 e o quadro de eleição das opções de pagamento publicado em 25 de fevereiro de 2026 refletem as opções de pagamento alocadas para cada credor, nos termos do Plano de Recuperação Judicial. A opção de pagamento define os prazos, carências e deságios aplicáveis, os quais foram considerados no ajuste dos saldos..

Detalhes e divulgações complementares sobre o processo de recuperação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 1.2 da Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

Atualizações sobre os processos T.Bills mencionados na nota explicativa nº 17 e proposta de transação tributária divulgada na nota explicativa 1.3 das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

#### Processo judicial T.Bills 2001:

Ver divulgações sobre o processo T.Bills de 2001 na nota explicativa 17 da Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

#### Proposta de transação tributária com a PGFN:

Detalhes e divulgações complementares sobre o T-Bills estão apresentados na nota explicativa nº 1.3 e 17 da Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

#### Outros eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2026 e 20 de março de 2026 a Companhia recebeu R\$150.000 (cento e cinquenta milhões) referente a primeira tranche do empréstimo na modalidade DIP, para maiores detalhes da operação, vide nota explicativa nº 1.4.

### **2.7 Eventos subsequentes as DFs**

#### **Regras sobre a retenção de lucros**

O Estatuto Social da Companhia prevê que até 10% do lucro líquido ajustado anual seja destinado para a constituição de Reserva Estatutária com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas a qual não poderá ultrapassar 80% do capital social

#### **Regras sobre a distribuição de dividendos**

O Estatuto social da companhia prevê que até 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação



em vigor seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório

### **Periodicidade da distribuição de dividendos**

Anual

**Eventuais restrições à O Estatuto Social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.**

O Estatuto Social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido seja anualmente destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

**Se o emissor possui Política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando o órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Não há política aprovada. A destinação de resultados segue o Estatuto Social e a Lei nº 6.404/76.

### **2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**

**ii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;**

**iii) contratos de construção não terminada.**

**iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.**

Não há.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;**

Não há.

### **2.9 Comentários sobre itens não evidenciados**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção "2".

### **2.10 Planos de negócios**

**Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos incluindo:**

**i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A Companhia permanecerá focada em capturar ações para melhoria da rentabilidade, prevendo para o ano apenas os investimentos necessários para a manutenção da linha de produção de seus produtos, uma vez que as linhas



de produção estão dimensionadas para apoiar o seu planeamento, em todas as linhas de produtos comercializadas pela Companhia.

**ii) fontes de financiamento dos investimentos.**

Durante os anos de 2025, 2024 e 2023, as principais fontes dos investimentos foram sua geração de caixa operacional e captação de recursos mediante empréstimos ou financiamentos.

Inclusive, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia, em suas Cláusulas 3.3.1.1 e 7, previu formas de captação de novos recursos pela Companhia, incluindo novas linhas oferecidas pelos Credores Quirografários Financeiros e Financiamento DIP.

**iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

A Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar duas capacidades de produção aos novos patamares de demanda no mercado me que atua. Não há desinvestimentos relevantes em andamento e ou previstos.

Inclusive, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia, em suas Cláusulas 2.4 e 6, previu formas de alienação de ativos pela Companhia, inclusive por meio da constituição de unidades produtivas isoladas (UPIs).

**b) Desde que já divulgadas, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Não há aquisições significativas nos últimos 3 períodos.

**c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Em 2025, encerramos o exercício com 15 marcas e 268 produtos no portfólio da Companhia.

Em 2024, encerramos o exercício com 15 marcas e 245 produtos no portfólio da Companhia.

Em 2023, encerramos o exercício com 16 marcas e 217 produtos no portfólio da Companhia.

Não tivemos novos investimentos em produtos e serviços nos exercícios citados acima.

**d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.**

No momento, não há oportunidades inseridas no plano de negócios que estejam relacionadas diretamente a questões ASG”.

**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção”2.

**ANEXO II**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**



**BOMBRIL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
CNPJ nº 50.564.053/0001-03  
NIRE 35.3.0009971-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os acionistas da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0009971-1 e no CNPJ sob o nº 50.564.053/000103 (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81, de 23 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”), convocados para se reunirem em assembleia geral (“Assembleia”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de julho de 2026, às 10 horas, de forma parcialmente digital, na sede social da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (iii) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**Informações Gerais:**

Nos termos do art. 24, § 3º, do Estatuto Social da Companhia e do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a.1) quando pessoa natural, cópias autenticadas do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (a.2) quando pessoa jurídica, cópias autenticadas do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição do Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem a pessoa jurídica Assembleia; e (a.3) quando fundo de investimento, cópias autenticadas do regulamento do fundo e do estatuto social ou do contrato social do administrador ou do gestor do fundo, conforme estabeleça o correspondente regulamento, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia ou do(s) representante(s) legal(is) que assinarem a procuração utilizada para terceiros representarem o fundo de investimentos na Assembleia; (b) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia ou pelo depositário central, conforme o caso, com, no máximo, 5 (cinco) dias de

Proposta da Administração  
Assembleia Geral



antecedência da data da realização da Assembleia; e (c) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data da Assembleia, além de indicar o lugar onde foi celebrada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo que a assinatura do outorgante ou de seu(s) representante(s) legal(is) deverá ser autenticada.

Aos acionistas que tiverem a intenção de se fazer representar na Assembleia por meio de procuradores, solicita-se o envio dos documentos que comprovem a qualidade de acionista da Companhia e os poderes de representação com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia. Os documentos deverão ser encaminhados ao Departamento Jurídico da Companhia, na Via Anchieta, km 14, Rudge Ramos, CEP 09696-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, sob protocolo.

Os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentar tais documentos na abertura da Assembleia, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução CVM nº 81.

Os acionistas poderão participar e votar na Assembleia:

- (i) presencialmente, por si ou por meio de procuradores devidamente constituídos;
- (ii) por meio de sistema eletrônico de participação remota, nos termos do artigo 28, inciso II, da Resolução CVM nº 81, através da plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia. Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico de participação remota devem enviar solicitação à Companhia para o e-mail [acionista@bombril.com.br](mailto:acionista@bombril.com.br) até o dia 24 de julho de 2026, a qual deverá ser acompanhada de toda a documentação necessária para participação na Assembleia, conforme detalhada na Proposta da Administração. Uma vez recebida a solicitação na forma e prazo indicados, e verificada a completude da documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista que tiver validamente se habilitado para participação da Assembleia de maneira remota (ou a seus representantes ou procuradores devidamente indicados e constituídos), via e-mail, os dados e instruções de acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. O acionista que não enviar a solicitação de cadastramento na forma e/ou no prazo acima referido não poderá participar remotamente da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia, restando-lhe a participação presencial. O acionista devidamente cadastrado que participar da Assembleia por meio da plataforma digital disponibilizada pela Companhia poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata da Assembleia, na forma do art. 76 da Resolução CVM nº 81. O acionista que tenha solicitado devidamente a sua participação na Assembleia por meio da plataforma digital e não tenha recebido da Companhia o e-mail com as instruções para acesso até as 23:59h do dia 24 de julho de 2026, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone + 55 (11) 4366-1041 para suporte. A Companhia esclarece que não será permitido o acesso à Assembleia por meio da plataforma digital após o horário previsto para o seu início. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na Assembleia por meio da plataforma digital.

Em atenção ao art. 30-A da Resolução CVM nº 81, a Companhia dispensará a disponibilização de boletim de voto a distância.

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia ([ri.bombril.com.br](http://ri.bombril.com.br)), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na



Proposta da Administração  
Assembleia Geral

página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([https://www.b3.com.br/pt\\_br/](https://www.b3.com.br/pt_br/)), conforme art. 124 da Lei das S.A. e do art. 7º da Resolução CVM nº 81, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia.

São Bernardo do Campo, 24 de junho de 2026

**Ronaldo Sampaio Ferreira**  
Presidente do Conselho de Administração

**ANEXO III**  
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL  
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



---

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO  
DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

A Companhia registrou lucro de R\$ 68.008 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

---

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**



Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo registrado.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro (Prejuízo) líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

<b>Lucro por ação básico</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Ações ordinárias	R\$ 0,24929	-R\$6,55422	R\$0,34605
Ações preferenciais	R\$ 0,27422	-R\$5,36254	R\$ 0,42295

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Não aplicável, tendo em vista que, nos três exercícios anteriores, não foram distribuídos dividendos.

**8. Havendo destinação de lucros a reserva legal.**

**a. Identificar o montante destinado a reserva legal.**

Não há destinação para reserva legal, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

Não há destinação para reserva legal, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

---

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.



**Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

**b. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

**c. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.

**d. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não aplicável, tendo em vista que as ações preferenciais de emissão da Companhia não contam com direito a dividendos fixos ou mínimos, tendo, ao invés, prioridade no recebimento de dividendo legal obrigatório e garantia de um dividendo 10% (dez por cento) superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias.



**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei 6.404/1976.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**c. Informar o montante eventualmente retido.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**c. Justificar a retenção dos dividendos.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado a reserva.**

Não aplicável, tendo em vista o **prejuízo registrado**.

---

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

**c. Explicar por que a perda foi considerada provável.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.

**d. Justificar a constituição da reserva.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de contingências.



**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**

**a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

**b. Identificar o montante destinado a reserva.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

**c. Descrever como o montante foi calculado.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá a retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.**

**a. Informar o montante destinado a reserva.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação.**

Não aplicável, tendo em vista que, houve **prejuízo** no exercício, não haverá destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS**



---

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Bombril S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, Km 14, Bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Bernardo do Campo, 26 de junho de 2026.

Silvia Suemy Toma  
Diretor Presidente

Renata Baraldi Margutti  
Diretora Financeira – CFO e Diretora de Relação com Investidores - RI

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS**  
**AUDITORES INDEPENDENTES**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Bombril S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Via Anchieta, Km 14, Bairro Rudge Ramos, CEP 09696-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.564.053/0001-03 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditores independentes da Companhia, referente às Informações demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Bernardo do Campo, 26 de junho de 2026.

**Silvia Suemy Toma**  
Diretor Presidente

**Renata Baraldi Margutti**  
Diretora Financeira – CFO e Diretora de Relação com Investidores - RI